



UALG

zine

O interesse cultural relevante dos bens
que integram o património cultural reflectirá
valores de memória, antiguidade, autenticidade,
originalidade, raridade, singularidade ou
exemplaridade.

Lei de Bases do Património Cultural Português (nº 117/2001)



UALg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE



João Guerreiro

REITOR DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

EDITORIAL

Ficha Técnica

Título

UALGzine, Revista da Universidade do Algarve

Edição e propriedade

Universidade do Algarve

Director

João Guerreiro

Conselho Editorial

Pedro Ferré

Filipa Cerol Martins

Laura Alves

Redacção

Laura Alves

Design / Paginação

YOU_mix

Fotografia

Centro de Estudos do Património

Gabinete de Comunicação

Impressão

Gráfica Comercial

ISSN

1646-639X

Nº de depósito legal

251786/06

Tiragem

6000 exemplares

E-mail: UALGzine@ualg.pt

Edição Electrónica em <http://publicacoes.ualg.pt/UALGzine>

Ficha de subscrição em <http://publicacoes.ualg.pt/UALGzine>

Informação relativa ao Meio Ambiente

A pasta utilizada no fabrico do papel desta revista é branqueada sem gás de cloro e é proveniente de madeira renovada através de um processo perfeitamente sustentado. Este papel é indicado para reciclagem.

Apoios



totta

As universidades foram, desde a sua fundação, centros de reflexão e de difusão de conhecimento. Ainda que com ritmos diferentes e com exigências diversas, fruto aliás dos condicionalismos de cada época, a sua função foi sempre preenchida por impulsos permanentes destinados a criar novos conhecimentos, a experimentar novas realidades, a qualificar novas actividades ou a proporcionar novas iniciativas.

Esse papel continua e continuará presente nos objectivos das universidades. Uma das suas missões, projectada na actualidade com enorme insistência e acuidade, releva justamente da necessidade de fazer incidir uma parte substancial das suas actividades, no domínio da produção científica, em aspectos capazes de serem valorizados e absorvidos por actividades mercantis, na produção de bens e de serviços.

Mas a Universidade não se esgota nesta missão. Reconhecendo que a componente da investigação aplicada se tornou cada vez mais importante, permitindo um relacionamento convergente com o tecido produtivo, aspectos há que, por serem intrínsecos à sua missão, permanecem válidos e até obrigam, na situação presente de perigosa homogeneização, a uma redobrada atenção.

Reconhece-se, por isso, que a simplificação da função da universidade acarretaria um empobrecimento da sua dinâmica e até uma negação da sua missão. Pelo contrário, as universidades deverão explorar e desenvolver, de forma equilibrada, o conjunto dos eixos que lhes têm permitido, ao longo da sua história, projectar a sua universalidade e adoptar um perfil social e culturalmente prospectivo.

No caso da Universidade do Algarve esse desígnio está obviamente presente. Pretende-se balancear o conjunto das actividades que aqui têm lugar, desde as que proporcionam desenvolvimentos científicos e tecnológicos significativos até aos domínios relacionados com as humanidades, as artes, a cultura, a história e o património, passando por iniciativas que facilitem uma maior proximidade à comunidade regional nos diversos domínios, explícitos ou latentes, em que esta se projecta.

A afirmação das comunidades faz-se valorizando as diversas componentes que estruturam a sua história, que libertam as suas dinâmicas, que asseguram o seu multiculturalismo, que favorecem a sua coesão, que incorporem a inovação e que sublinhem a sua personalidade.

O Algarve é, neste âmbito, uma região particular no conjunto das regiões portuguesas, não obstante a sua reduzida dimensão. A Universidade do Algarve deverá também integrar essa especificidade regional, apoiar-se nela e projectá-la para patamares de qualificação cada vez mais exigentes.

É neste campo que se inserem as relações que se perspectivam com universidades do Mediterrâneo, localizadas nas suas duas margens: Norte e Sul. As relações tradicionais do Algarve com essas áreas constituem um património que urge aprofundar e a parceria que se esboça com a Universidade de Évora e o Campo Arqueológico de Mértola permitirão avançar nesse sentido.

Um conjunto de pós-graduações estão em fase de estruturação com universidades mediterrânicas e a cooperação com universidades de países do Magrebe em domínios diversos (património, água, ciências do mar, ...) serão bem vindas.

Desta forma daremos continuidade à nossa natural inserção na região euromediterrânica e reforçaremos, simultaneamente, a nossa própria identidade.

:: ÍNDICE

:: Em reflexão :: Em destaque :: Actualidade :: Interação
com
a comunidade :: Outras vozes :: Último olhar

2
5

O Património Cultural
Para uma História do Algarve

7

Entrevista com José Mattoso

12
15
17

Ciência e Investigação
Academia
Publicações

19
20

Ensino e Investigação de mãos dadas com
a comunidade
UALG participa no projecto do Museu de Arte
e Arqueologia do Vale do Côa

22

Património, Memória,
Identidade

23

Avaliação
institucional
realizada
à Universidade
do Algarve

O PATRIMÓNIO CULTURAL



José Eduardo Horta Correia

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE
DO ALGARVE

A expressão Património Cultural inscreve-se no rol dos principais conceitos chave da contemporaneidade. Os valores que lhe estão subjacentes atingiram uma expressiva globalização, sobretudo a partir de 1972, data da Conferência Geral da UNESCO, cuja Convenção conta hoje com cerca de centena e meia de países signatários, significando uma verdadeira expansão ecuménica das práticas patrimoniais. Os problemas do património, afectando grandes correntes culturais, despertaram nos nossos dias um interesse sem precedentes na História da Humanidade.

Se da noção genérica de Património descermos ao conceito mais restrito de património construído, podemos recordar-nos como este aproxima a opinião pública.

Aquando do incêndio do Chiado, desenrolou-se uma polémica sobre a sua reconstrução. Hoje poucas pessoas se lembram que houve uma posição minoritária que queria aproveitar a situação para fazer de novo e diferente aquele trecho de história da cidade, invocando o exemplo da vizinha Baixa reconstruída sob novo modelo pelo Marquês de Pombal.

Curiosamente o arquitecto que incarnava esta posição era então muito mediático. E o que criou e implementou o programa adoptado era então desconhecido da maioria dos portugueses, mas um dos maiores arquitectos da contemporaneidade.

No fundo o que estava em causa, para além de interesses económicos, era o entendimento da ideia contemporânea de Património, diferente da que se teria no século XVIII, ou noutras épocas da História.

De facto, o conceito não existia nem na Antiguidade nem na Idade Média. A admiração que o homem sempre devotou aos vestígios do passado não era acompanhada nem de pena em relação ao seu desaparecimento, nem de intenção de os recuperar ou sequer preservar.

Mesmo no Renascimento, apesar da mudança radical do entendimento da Antiguidade, os testemunhos do

passado eram destruídos ou então reutilizados. É que a Antiguidade Clássica era entrevista sobretudo enquanto valores que deveriam servir de inspiração para uma nova cultura.

Mas desta procura humanista de obras de arte da Antiguidade nasceu um novo gosto pelo passado, nasceu a figura do antiquário coleccionista e ainda a primeira conceptualização da História como disciplina e da Arte como actividade autónoma. E da conjugação dos dois conceitos, a noção de monumento histórico.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII o estudo das antiguidades evoluiu de modo semelhante às ciências da natureza, usando idênticas descrições dos objectos, só se esboçando a historiografia moderna com o Iluminismo. Aqui convergem a pesquisa analítica dos antiquários e a aproximação interpretativa dos filósofos – historiadores. Parece-me importante que se sublinhe a anterioridade desta noção de historiografia à grande ruptura que foi a Revolução Francesa.

Foi de facto o distanciamento provocado pela ruptura que preparou a cultura ocidental para a noção moderna de monumento e, subsequentemente, de Património. Mas sem a prática prévia da historiografia tal não teria sido viável.

Com a grande ruptura e subsequente laicização e nacionalização dos bens da Igreja, origina-se pela primeira vez o fenómeno do distanciamento e a primeira tentativa de salvaguarda

e classificação de bens móveis e imóveis. Para além do tão discutido vandalismo, nasceram então o Museu e o Monumento.

Só com a ruptura, o distanciamento e a descontextualização dos bens patrimoniais pôde o Romantismo levar a sociedade até à consagração da noção de monumento histórico, já entrevista desde o Renascimento. Solidificando-se agora a autonomia da Arte face à História e, consequentemente, da História face à Arte. E nasce do mesmo impulso revolucionário e romântico a noção moderna de colectividade nacional, com o correlativo conceito de passado comum, passado esse que, enquanto herança, vai ser o alicerce da própria identidade nacional, através do espírito do povo.

A revolução industrial, com as transformações radicais do modo de produção, faz perder a secular continuidade do trabalho manual, firmando-se, cada vez mais, a convicção de perda irremediável do passado.

Chegamos assim à contemporaneidade com dois elementos de civilização que, parecendo díspares, são no fundo o verso e o reverso da mesma medalha. A noção de ruptura e irreversibilidade da mudança, que implica o conceito moderno de tempo e, ainda, a noção de colectividade (nacional, regional ou local) que vai buscar no passado, através do tempo, os fundamentos da sua identidade, da sua individualidade e, portanto, da sua existência.

O passado funciona, pois, para o homem contemporâneo, como a consciência do irreversível, do irremediável, da perda. E, consequentemente, como categoria primeira da identidade, como condição *sine qua non* da identificação. Existe pois a convicção de que sem os vestígios materiais ou espirituais do passado não há memória, e, sem memória, não é possível construir o futuro pela simples razão que não há onde enraizar o presente. Faltam os pontos de referência perante a velocidade cada vez mais impressionante da mudança.

Do Romantismo até aos nossos dias, assistimos primeiro à consolidação da ideia de monumento histórico como expressão material e viva da colectividade. Depois, relativamente à transferência dos valores que lhe eram inerentes para campos cada vez mais vastos dos vestígios do passado, caminhando-se do conceito restrito de monumento para o conceito alargado e actual de património. Foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o Homem ocidental começou a olhar para valores até aí inusitados. E foi caminhando para uma convergência entre o património dito cultural e património dito natural. Isto requer um momento de reflexão.

Uma das características da Modernidade, ideia que remonta ao Renascimento e se cimenta no Iluminismo, é a crença no progresso linear e ilimitado. Dogma depois sustentado pelo positivismo oitocentista, crença continuada no

Ocidente até pelo menos aos anos 60 deste século.

Uma das características da Pós-Modernidade é a consciência de que o progresso não é linear, mas por vezes sinuoso e com retrocessos parcelares. É a própria ciência que neste momento dá a conhecer os erros cometidos, as agressões à Natureza e convida a substituir progresso linear e indefinido por desenvolvimento sustentado. É o planeta terra que está em causa. E aqui se articula o natural com o cultural. Temos, cada vez mais, consciência de que herdamos um Património global a preservar, desenvolver e transmitir. E a humildade científica perante a Natureza terá o mesmo sentido que a humildade científica perante a História. Ambos procuram situar e enquadrar o Homem.

Penso ter sido importante para a tomada de consciência, não só da passagem da noção restrita de monumento para a noção alargada de património construído, como da associação dos valores do património natural aos do património cultural, o conceito de “centro histórico”.

Foi exemplar para essa tomada de consciência a acção concertada da Câmara Municipal e da Universidade de Bolonha na salvaguarda e recuperação da cidade.

Terá sido então a primeira vez que a degradação urbana e a perda da qualidade de vida, que caracterizavam as cidades europeias da década de 60 e ainda caracterizam muitas cidades

periféricas ou do terceiro mundo, serviram de pedra de toque para uma involução na destruição do património urbanístico que se presumia irremediável e inelutável.

Na Itália dos anos 50, os autarcas tinham vergonha de não viver em Nova Iorque. A inversão desta mentalidade parte da acção da Universidade de Bolonha com um grupo de estudantes de Arquitectura dinamizados por um professor de grande prestígio.

Associando saber a poder, procurou-se no tecido urbano do passado um remédio para o futuro.

Estudou-se a questão dos terrenos agrícolas envolventes, fizeram-se contas sobre os custos comparados da conservação e da destruição, contrariou-se o entendimento do centro como zona a terciarizar donde emergiam apenas conservados os monumentos. Passou-se então para a reutilização do património construído, o que permitiu à colectividade tornar-se senhora do centro histórico, ponto de partida para a reconquista e requalificação de todo o aglomerado urbano. A manutenção dos residentes, a conservação da natureza e a integração dos subúrbios marginalizados operaram o milagre de evitar que a cidade antiga se transformasse numa espécie de Disneylândia para turista ver, tentativa infelizmente ainda não afastada noutras latitudes e até aqui mesmo entre nós.

Foi a partir de então que o Património começou a ser entendido como um todo integrado e integrável, superando a classificação de objectos isolados, o que equivale à superação do monumento pelo conjunto e seguidamente pelo 'sítio'. Estão aqui em jogo a integração paisagística, a ligação do natural com o cultural

e o papel dos seres humanos como integrantes e não figurantes do Património. Atinge-se aquilo a que se poderá chamar a ecologia urbana, enquanto se evidencia o papel do património construído no seio da paisagem.

Se o Homem é o agente do seu próprio destino, não pode cruzar os braços perante o aparentemente inelutável caminho do falso progresso, conducente à destruição do próprio Homem.

Penso que a grande tensão e o desafio da actualidade consiste na luta entre uma ideologia neo-liberal do progresso linear e indefinido, fazedor de assimetrias, e uma ideologia pós-moderna, assente numa sociedade já pós-industrial que procura o desenvolvimento sustentado radicado no poder e no saber do próprio Homem. O intervencionismo reside na consciência do limite e procura situar o Homem no presente com tudo o que este implica de passado e com vontade de futuro.

Em Portugal generalizou-se tardiamente a consciência ecológica e patrimonial. Só com o 25 de Abril estas questões passam do domínio de elites ultra minoritárias para sucessivamente se alargarem à opinião pública. O problema da identidade emerge por toda a parte com a consciência de pertença a uma comunidade e de intervenção democrática nos destinos dessa comunidade.

É também com o 25 de Abril, e com a progressiva tomada de consciência de pertença a uma comunidade nacional renovada e participativa, que se reforçam os laços da comunidade local e regional. O regionalismo português contemporâneo também é, em meu entender, filho da revolução. A consciência da identidade anda

paredes-meias com a noção de diversidade, que o monolitismo do Estado Novo e uma certa tradição centralista não podiam entender. E também com as grandes questões da sobrevivência da ecologia e do ordenamento. À diversidade associa-se o direito à diferença cultural.

Entretanto, no espaço alargado da Europa Comunitária onde Portugal se integra, procura-se a preservação das identidades culturais dos Estados-membros, por forma a salvaguardar os testemunhos de um passado comum, enquanto ela própria se proclama como a Europa das Regiões. Assim, atingimos nos pontos subentendidos em todo o texto, o Algarve e a sua Universidade.

PARA UMA HISTÓRIA DO ALGARVE



Joaquim Romero Magalhães

PROFESSOR CATEDRÁTICO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ainda haverá muito para investigar antes de se conseguir escrever uma completa história do Algarve? Se não completa, o que sempre falha por mais que se procure evitar, pelo menos uma razoavelmente preenchida história do Algarve? Assim deverá ser. E assim deverá ser entendido. E, é claro, porque tampouco os investigadores se debruçaram sobre todos os assuntos e sobre todos os vestígios materiais que vão sendo revelados. Porque os arquivos ainda não revelaram tudo o que neles se guarda, porque novos problemas e novas metodologias são sempre possíveis. E a nossa necessidade de explicação sempre cresce. Tenhamos, pois paciência, trabalhemos um pouco mais.

Mas terá de ser assim? Será, pois, indispensável, esperar indefinidamente para depois se tentar esse trabalho? E esperar até quando? Esperar sempre? Não haverá já materiais devidamente estudados e arrumados para que se possa avançar numa síntese sobre o passado do espaço algarvio? Ora tudo indica que sim. Não há razões determinantes para que fique assente que há que esperar indefinidamente para que se consiga elaborar uma síntese satisfatória do passado do Algarve. Podemos e devemos procurar satisfazer esse desejo que muitos mostram de dispor dum instrumento de explicação do passado colectivo no espaço algarvio. Síntese que nos permita com o máximo rigor obter uma visão enriquecedora desse passado.

É este o ponto de partida para um projecto que está a amadurecer e para o qual se irá pedir o patrocínio da Universidade do Algarve. Projecto relativamente simples na sua primeira formulação, mas que o desenvolvimento poderá tornar mais complexo. E mais rico. Isso se pretende, sem atropelar a necessária reflexão.

Projecto simples, pois, que requererá pelo menos seis grandes partes, ou capítulos, ou tomos, ou o que se verificar necessário e possível:

1. A pré-história da ocupação do território do Algarve (-8000 a -100 AC);
2. O domínio romano e o período bárbaro (-100 a 800);
3. A presença islâmica (800 a 1250), a reconquista e a integração no Reino de Portugal (1250 a 1500);
4. O Algarve do Antigo Regime (1500 a 1770);
5. A restauração pombalina, as Luzes e o advento do Liberalismo (1750 a 1834);
6. Os séculos XIX e XX (1835 a 1960).

Veremos o que será possível fazer, onde se conseguirá chegar. As boas vontades existem, o querer fazer já tocou quem importava que nesse projecto se dispusesse a trabalhar.



:: Entrevista com:

JOSÉ MATTOSO

Professor Catedrático
Reformado da Universidade
Nova de Lisboa



Investigador prestigiado e premiado, em 1987, com o prémio Pessoa pelo conjunto da sua obra, o Prof. José Mattoso é uma figura conhecida do grande público através da coordenação de uma História de Portugal em 8 volumes, editada pelo Círculo de Leitores, e da atenção que prestou, em diversos trabalhos, ao reconhecimento dos traços fundamentais que definiram a identidade cultural do País. Desempenhou diversos cargos públicos: foi presidente do Instituto Português de Arquivos, vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa e director do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Na entrevista que deu à UALGzine aborda alguns dos problemas que hoje se colocam à Universidade e à investigação em Ciências Sociais e Humanas.

UALGzine - Como professor universitário no período que se seguiu ao 25 de Abril, como vê hoje as transformações então sofridas pela Universidade Portuguesa, que se materializaram no alargamento do número de alunos, na criação de novas Instituições e na renovação historiográfica?

José Mattoso (JM) - É uma pergunta difícil! Dava para um livro inteiro e não tenho nenhuma pretensão de poder dominar isso de uma forma coerente e que tenha em atenção as questões fundamentais. Comparando com a situação anterior à reforma de Veiga Simão, portanto com as primeiras universidades fundadas fora do eixo das grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, creio que houve progressos efectivos. A população estudantil ficou mais numerosa, multiplicaram-se os especialistas em muitas áreas, algumas universidades produziram resultados científicos visíveis... Mas, comparando com a situação actual, creio que nem tudo foi positivo. Sem ter dados objectivos com os quais poderia fundamentar uma opinião mais abalizada, parece-me evidente que a partir de certa altura se multiplicaram as universidades de uma forma demasiado rápida e indiscriminada, sem ter em conta os recursos necessários, nem o nível científico que era indispensável manter. Isso agravou-se ainda mais

com a multiplicação de universidades privadas. Aquilo a que estamos a assistir na Universidade Independente é um dos sintomas mais claros dessa degradação, o que é lamentável.

UALGzine - E no que respeita às Ciências Humanas?

JM- Há algumas áreas que não existiam antes do 25 de Abril, como a Sociologia e a Comunicação Social, entre outras, facto que permitiu avanços significativos nos estudos científicos dessas novas disciplinas. No que diz respeito à História, os progressos foram realmente imensos. Temos agora, por exemplo, os vários números da colecção de biografias dos reis de Portugal e verifica-se que, por comparação com o período antes de 1974, se deu um avanço espectacular em termos historiográficos. Nesta colecção nem tudo é bom, nem tudo tem a mesma qualidade, mas comparativamente, representa um avanço muito grande. Tomo este exemplo como indício claro, entre vários outros, de um nítido progresso e mesmo como demonstração de uma efectiva maturidade científica. Foi precedido de uma enorme quantidade de teses de mestrado e de doutoramento geralmente de boa qualidade científica, por vezes com qualidades excepcionais. Algumas delas renovaram por completo o conhecimento da nossa História.



UALGzine - E como encara a situação actual da Universidade? Em particular a inadequação entre a população escolar e a oferta de cursos superiores, quer dizer, entre os recursos e as necessidades do País ...

JM - Não tenho nenhuma opinião segura nem dados suficientes para fazer um diagnóstico da situação. Há coisas que eu gostava de saber em termos estatísticos e objectivos. Sabe-se, por exemplo, que Portugal tem uma percentagem de licenciados inferior à da maioria dos países da Europa. Todavia, sobretudo os das Ciências Humanas, não conseguem emprego. Por outro lado, alguns cursos têm de ser fechados por falta de alunos, sobretudo nas universidades privadas e nos politécnicos. Parece que se não há alunos suficientes para manter as estruturas já criadas é porque os cursos existentes não estão adequados às necessidades económicas e de desenvolvimento científico do País e, por outro lado, que o desenvolvimento não é suficiente para empregar os diplomados das universidades. Sendo assim, seria preciso, antes de mais, adequar a estrutura universitária às condições económico-sociais do País. Uma coisa me parece errada: é que se mantenham as universidades apenas para garantir o emprego daqueles que já lá estão. Porque em Portugal as coisas evoluíram de tal maneira que favorecem estratégias corporativas

que levam a manter em funções as pessoas que conseguiram alcançar os quadros universitários e que, todavia, não têm nem competência científica suficiente, nem foram capazes de adaptar as suas capacidades às novas necessidades criadas pela evolução do País. Todavia creio que existem situações muito diferentes conforme os casos. Seria preciso identificar as anomalias com rigor e objectividade e evitar medidas que podem corrigir certos erros, mas agravar os outros.

UALGzine - Apesar dos problemas, consegue encontrar no panorama actual das universidades meios de aproveitar os investigadores existentes, sem pensar na alternativa, na opção do fecho dessas instituições?

JM - Teoricamente, as pessoas que não são necessárias à docência poderiam consagrar-se à investigação. Tanto mais que, em Portugal, pelo menos nas Ciências Humanas, as estruturas de investigação foram sempre deficitárias. Uma das raras instituições em que se pratica a investigação em tempo integral é o Instituto de Ciências Sociais (ICS). É evidente que tem um bom nível científico, tem investigadores competentes e tem feito trabalho positivo na sua área e em história social e política. Todavia não tenho a certeza se em Portugal haveria condições para multiplicar centros do mesmo género e também não é seguro que a transferência do

“UMA COISA ME PARECE ERRADA: É QUE SE MANTENHAM AS UNIVERSIDADES APENAS PARA GARANTIR O EMPREGO DAQUELES QUE JÁ LÁ ESTÃO. PORQUE EM PORTUGAL AS COISAS EVOLUÍRAM DE TAL MANEIRA QUE FAVORECEM ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS QUE LEVAM A MANTER EM FUNÇÕES AS PESSOAS QUE CONSEGUIRAM ALCANÇAR OS QUADROS UNIVERSITÁRIOS E QUE, TODAVIA, NÃO TÊM NEM COMPETÊNCIA CIENTÍFICA SUFICIENTE, NEM FORAM CAPAZES DE ADAPTAR AS SUAS CAPACIDADES ÀS NOVAS NECESSIDADES CRIADAS PELA EVOLUÇÃO DO PAÍS”

peçoal excedentário da docência para a investigação traga, só por si, benefícios decisivos.

UALGzine – E o que seria necessário?

JM - Para que isso aconteça, era igualmente preciso que estivessem garantidas, por um lado, a pertinência e actualidade das áreas preferenciais de investigação, tendo em conta as necessidades do país, e, por outro, a efectiva competência dos investigadores. Li há pouco tempo um artigo do Prof. Hespanha na Revista História do qual depreendi que tinha feito algumas críticas ao Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), demonstrando a sua esterilidade científica e o mau aproveitamento dos recursos. Um dos seus membros protestou. O Prof. Hespanha respondeu mostrando o contraste entre o IICT e o ICS e explicando as condições que permitiram que o ICS tenha produzido um trabalho positivo

na investigação. Se não se preencherem essas condições, também não será o alargamento dos institutos de investigação que vai melhorar as coisas. O que é necessário é que se adopte uma política de investigação científica correcta e segundo princípios certos.

UALGzine - Se hoje em dia as universidades têm dificuldade de financiar muitas vezes a própria actividade lectiva, como é que podemos admitir que os institutos funcionem de acordo com esse parâmetro? Por outro lado, não será o ICS um caso à parte, uma espécie de cereja em cima do bolo e algo que dificilmente pode ser imitado?

JM - Repare que o ponto de partida para a minha observação foi a hipótese da colocação na carreira de investigação de docentes desnecessários por falta de alunos. A insuficiência de financiamento das actividades lectivas coloca o problema inverso. A simultaneidade dessas duas situações sugere, logicamente, uma solução diferente, que seria a transferência dos professores sem alunos para os cursos ou disciplinas sem recursos financeiros. Como é evidente, esta solução é meramente teórica, porque a conversão das competências docentes tem limites evidentes. Pode ser praticamente impossível entre áreas científicas com graus de especialização muito díspares. De resto, o financiamento é um dado importante mas, só por si, não traz nenhuma garantia de rentabilidade. Esta só existe quando existem também políticas correctas de aplicação e rentabilização. O primeiro princípio que o Prof. Hespanha aponta no referido artigo e que considera o ponto de partida para o êxito do ICS não é de natureza financeira, é de natureza científica. O Instituto começou bem porque o Prof. Adérito Sedas Nunes soube escolher os seus colaboradores, soube criar um escol de pessoas cientificamente competentes que depois mantiveram a mesma exigência científica e aplicaram os mesmos princípios ao recrutamento das pessoas que vieram depois. Sem financiamento as coisas não funcionam, mas sem uma escolha exigente e criteriosa dos investigadores podem ser ainda piores.

UALGzine - Mas o Centro de Estudos Linguísticos, ou o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa, não parecem ser casos muito distintos do ICS, e, no entanto, a sua história recente não é semelhante...

JM - Até certo ponto sim, mas o Prof. Lindley Cintra, que era um grande cientista, não teve a mesma firmeza e discernimento na escolha dos seus colaboradores e na prossecução da mesma política científica. O Centro de Estudos Linguísticos acolheu pessoas que não tinham tanta competência do ponto de vista da investigação, e os projectos escolhidos também não foram, talvez, os mais adequados. O enorme entusiasmo com que a equipa do Atlas Linguístico começou a trabalhar não se manteve. Não conheço tão bem o Centro de Estudos Geográficos, mas creio que o Prof. Orlando Ribeiro escolheu melhor os seus colaboradores, mas não tenho informações suficientes acerca dos trabalhos na geração seguinte, nem na actualidade.

“Quando a investigação se desliga da Universidade, quando perde o contacto com os jovens, com os novos alunos, quando o investigador fica sozinho com os documentos, a sua actividade pode tornar-se um bocado académica e perder o contacto com a vida.”

UALGzine – Considera que uma experiência como a do ICS pode ser repetida, apesar de tudo, noutros domínios do conhecimento?

JM - Se houver cuidado no recrutamento dos investigadores, se forem concedidos os meios necessários e se os projectos de investigação forem adequados à resolução de problemas efectivamente importantes para a ciência e para o progresso da investigação em Portugal, estou convencido de que sim.

UALGzine – E considera isso possível em história medieval? Um centro de estudos, um centro de investigação?

JM - Seria, evidentemente, desejável. Infelizmente a conjuntura actual não parece ir nesse sentido. Por um lado, a exiguidade dos recursos financeiros disponíveis leva os políticos a canalizá-los para áreas consideradas económicas e socialmente mais rentáveis, ou seja, para as ciências

aplicadas e o desenvolvimento das técnicas; por outro lado, a ameaça de despedimento de uma parte dos docentes nas Ciências Humanas exacerba as reacções corporativas; consequentemente leva a sobrepôr os problemas de emprego aos problemas científicos e a procurar os efeitos de curto prazo de preferência aos de longo prazo. Teoricamente, porém, isso seria possível e desejável: há universitários que já demonstraram a sua competência e estão dispostos a aprofundar a investigação; por outro lado, podem-se definir campos de investigação que merece a pena explorar.

UALGzine - Num espaço universitário, ou fora dele?

JM - Acho que no espaço universitário, porque, quando a investigação se desliga da Universidade, quando perde o contacto com os jovens, com os novos alunos, quando o investigador fica sozinho com os documentos, a sua actividade pode tornar-se um bocado académica e perder o contacto com a vida.

UALGzine - Perder horizontes?

JM - Sim, perder horizontes. Por outro lado, é verdade que o desenvolvimento historiográfico actual permite identificar áreas de investigação que seriam fecundas. Também me parece que há uma dispersão excessiva dos centros de História Medieval existentes actualmente. Há demasiados mestrados em história medieval para o número e a qualidade dos alunos que os procuram. A investigação ressent-se disso. O aprofundamento em História Medieval exige uma preparação específica em certos domínios, como por exemplo a crítica textual, a simbologia, a filologia latina, a liturgia, o direito canónico, a codicologia e outros do mesmo género. É evidente que são matérias que não podem atrair muitos investigadores. Parece impor-se, então, uma organização internacional, ou seja a associação a centros especializados nestas áreas e a escolha de áreas preferenciais para as quais existam em Portugal conjuntos documentais excepcionais. A história da nobreza é uma delas.

UALGzine - O perfil dos mestrados também se alterou nos últimos anos. Hoje em dia, há uma grande pulverização de seminários e aquilo que se espera duma dissertação é bem mais modesto. Como vê esta alteração qualitativa?

JM - Há quinze ou vinte anos, os mestrados inspiraram uma grande quantidade de trabalhos de investigação em História. Nem tudo de nível excepcional, mas sem dúvida muitos deles de bom nível científico. Isso foi importante para o aprofundamento da investigação na história medieval. Ultimamente, creio que o nível global baixou, mas julgo que, deste ponto de vista, aquela função que os mestrados desempenharam como estímulo da investigação, pode ser agora desempenhada pelos doutoramentos. Transferem-se para um nível superior as vantagens que havia no esquema anterior. É preciso reduzir as ambições das teses de mestrado, mas exigir teses de doutoramento verdadeiramente inovadoras quanto ao método, a matéria ou o alcance das conclusões.

UALGzine - E isso não é um pouco uma fuga em frente?

JM - Na verdade, se o número e a qualidade dos alunos de mestrado de história medieval diminuiu, não é de esperar que melhore a qualidade no doutoramento se nada se fizer nesse sentido. Mas a necessária selecção que resulta da redução do número continuará a exigir ou talvez mesmo contribua para aumentar a qualidade.

UALGzine – As recentes disposições legislativas vão no sentido de articular a progressão na carreira docente com a posse de um mestrado. Isso não forçará muitos docentes do ensino secundário a inscreverem-se em mestrados para progredirem na carreira? Considera que essa injeção, mais ou menos artificial, de gente nova nos mestrados poderá ser vantajosa para a investigação?

JM - Talvez, a curto prazo. A longo prazo, pelo que diz respeito à História Medieval, não creio. Pode haver quem procure o grau de mestre para concorrer a um lugar de professor no ensino secundário; mas é muito improvável que procure

o de doutoramento com o mesmo objectivo. Sendo assim, as vantagens decorrentes do doutoramento reduzem-se às que são necessárias para quem pretende seguir a carreira da investigação, qualquer que seja o estatuto que se pretende adquirir.

UALGzine - Mas o aumento do número de mestrados na mesma área, em história medieval por exemplo, também não acabou por dispersar...

JM - Pulverizou um bocado a investigação, e, sobretudo, ocultou a noção das questões fundamentais e do investimento que era necessário para as resolver. Naturalmente que houve investigações de mestrado que tinham o nível de um doutoramento, mas foram casos pontuais. Nos últimos anos parece terem-se multiplicado os mestrados que transformaram as teses em exercícios escolares de alcance limitado. Na perspectiva que referi há pouco, não vejo nisso grandes inconvenientes.

UALGzine – Seria preferível agregar vários mestrados num só? Em vez de um em Évora, outros em Lisboa, outros no Porto e em Coimbra, não seria melhor estabelecer acordos para se fazerem mestrados conjuntos?

JM - Sim! Esses acordos seriam importantes. Como o mestrado é muito curto não se podem escolher razoavelmente questões fundamentais, no sentido de questões estruturais que requerem um grande investimento em tempo, em número de documentos a examinar e em preparação da especialização temática. São questões fora do alcance de qualquer aluno de mestrado. Na estrutura actual, as dissertações de mestrado tendem a reduzir-se praticamente a exercícios escolares que permitam averiguar as capacidades específicas do candidato, de forma a servirem de orientação para a escolha de uma carreira compatível. Mas as perspectivas que estamos a considerar não excluem a escolha de temas que requerem a repartição da análise de certos fundos documentais muito vastos por vários candidatos, reservando para o docente a comparação das conclusões parciais de cada aluno. As inquirições, os livros de linhagens, as séries de prazos, os actos de compra e venda de períodos largos e de regiões

vastas, por exemplo, prestam-se a este tipo de trabalhos de mestrado que conciliam os interesses de alunos que pretendem apenas um diploma, com os daqueles que querem seguir a carreira da investigação.

UALGzine – Tanto nos mestrados como nos doutoramentos?

JM - A resposta a essa questão deve distinguir os problemas que, do ponto de vista científico, continuam insuficientemente explorados, daqueles para os quais se inclinam as tendências actuais. Na minha geração era preciso conhecer com rigor as estruturas sociais e económicas para compreender a realidade portuguesa medieval. Mas essa investigação requeria grandes investimentos. Muita coisa ficou por fazer. Na situação actual, quem é que a pode fazer? A história económica e social medieval não se desenvolveu suficientemente. Actualmente preferem-se questões relacionadas com a história narrativa, com a mentalidade, as instituições, certos «estudos de caso» e outros do mesmo género. Consegue-se assim escolher temas de resolução simples. Mas desta maneira, há questões que nunca se chegaram a estudar; por exemplo a origem dos direitos senhoriais. Na Identificação de um País, escrito há mais de 20 anos, fiz uma série de propostas de investigação que nunca foram postas em prática. Todavia, a implantação dos direitos senhoriais é uma questão fundamental para poder compreender a estrutura da sociedade na alta Idade Média e a maneira como evoluiu nos séculos seguintes.

UALGzine – Mas isso não pressupõe a existência de um instituto, de um órgão que definisse uma política científica?

JM - Ah claro! Mas com isso voltamos ao problema da autonomia científica das universidades. Há autonomia científica, mas as universidades aproveitaram-na muitas vezes para criar grupos que reagem corporativamente, e agora resistem às alterações necessárias; o principal objectivo desses grupos parece ser manter o emprego. Ora, era necessário pensar nestas coisas a nível global, para saber quais são os campos em que era necessário investir e não apenas resolver problemas



de financiamento. A autonomia universitária foi, no fundo, uma desresponsabilização do Ministério da sua função normativa e directiva.

UALGzine – Hoje em dia parece que é um pouco mais do que isso. Não é apenas uma questão de desresponsabilização; o Ministério pressiona as universidades para que sejam estas a arranjar meios de sobrevivência, ou então...

JM - Claro! Eu até admitiria os lados positivos dessa estratégia se ela de facto tivesse resultados garantidos. Se é preciso melhorar a qualidade, e se a melhoria implica uma eliminação dos factores negativos, teria de se seguir esse caminho com as inevitáveis consequências. Se é preciso tirar da Universidade pessoas que lá não fazem lá nada de positivo, é isso o que tem de se fazer. A selecção implica uma eliminação dos factores negativos. Isso não se faz sem custos. Mas duvido que o Ministério actual queira aceitar todas as consequências e assumir o odioso dessa selecção.

UALGzine – Ou seja, passa a bola para a própria Universidade. Ela é que vai ter de fazer a selecção.

JM - Exactamente, mas duvido que ela o faça como deve ser, porque quem tem capacidade de decisão não se vai eliminar a si próprio.

UALGzine – O que equivale a dizer que a Universidade não se reforma por dentro, que ela não é reformável a partir de dentro?

JM - As pessoas às vezes suicidam-se... Mas isso é pedir às direcções das faculdades que se suicidem, não é?

UALGzine – Portanto, qual é a solução? Ao fim da tarde, é difícil ter uma solução mágica para um problema complexo, mas por onde é que passa a solução da Universidade?

JM - Acho que é sempre uma questão de competência. A competência não se inventa. Se existe um ministério e um ministro, é porque há pessoas capazes de saber o que é bom e o que é mau e com autoridade suficiente para poder resolver os problemas. Agora, esse ministério também tem que orientar a estratégia de desenvolvimento científico com a colaboração das pessoas. Quem é que escolhe as pessoas competentes? Tem de ser o ministério, tem de ser o poder político.

UALGzine – Como vê os alunos que chegam hoje à Universidade, nomeadamente os que entram em cursos de História, ou noutros cursos, quando comparados com aqueles que entravam na Universidade nos anos setenta e oitenta do século XX?

JM - Pode haver alunos que chegam com média de 18 e não sabem

nada de História, porque os níveis de classificação das escolas de onde vieram são condescendentes ou irresponsáveis. E pode haver alunos que chegam com 12 ou 14 à Universidade e todavia sabem muito mais do que os outros que têm 18. Não existe uma bitola, um padrão consensual. Isso faz com que por vezes sejam preteridos alunos com melhor preparação e recompensados os incompetentes. Todavia, a falta de emprego dos diplomados em História pode funcionar, às vezes, como elemento seleccionador. Em alguns casos, os que têm uma vocação decidida para a História conseguem vencer a adversidade do meio.

UALGzine – Mas não há mecanismos de correcção em termos de classificação, em termos de admissão?

JM - Há exames, mas não são decisivos. O problema é conhecido há muito. Lembro-me de uma conversa acerca desse problema, há mais de vinte anos, com um Ministro da Educação que estava perfeitamente consciente da situação e do problema da disparidade de padrões de avaliação no ensino primário e secundário. Todavia, nunca houve, que eu saiba, nenhuma tentativa de corrigir a distorção daí resultante e que, acaba sempre por premiar os menos competentes.

ACTUALIDADE

Ciência e Investigação

Avanço do Mar destrói vestígios arqueológicos milenares

O Departamento de História Arqueologia e Património da Universidade do Algarve está atento à destruição, provocada pelo recuo da linha de costa do litoral algarvio, de alguns dos mais importantes sítios arqueológicos do período romano. Já em 2003, o DHAP colaborou com outra Universidade numa intervenção arqueológica efectuada na praia da Boca do Rio, com vista a avaliar a destruição provocada pelo avanço do mar. Na altura a intervenção foi suportada financeiramente pelo Instituto Português de Arqueologia. Já em 2006, aquele Instituto solicita ao DHAP que faça uma intervenção de emergência na praia do Martinhal, onde várias estruturas romanas estavam a ser destruídas pelo mar. Uma equipa de mais de uma dezena de pessoas entre alunos, docentes e investigadores, identificaram no local, para além de outras estruturas com quase 2000 anos, um total de 9 fornos de cerâmica, que torna o sítio o maior centro oleiro conhecido do Portugal romano. Ainda neste

último verão, o aparecimento de um tanque destinado à preparação do garum (pasta de peixe muito apreciada pelos Romanos) na praia de Loulé-Velho, levou mais uma vez o DHAP a fazer uma rápida intervenção no local com o intuito de registar mais este elemento da ocupação romana que o mar se preparava para tragar. Procurando antecipar-se e à acção marítima, a mesma equipa prepara, neste momento, um grande projecto que, através de equipamentos de prospecção geo-física e outras técnicas, visa avaliar o que o subsolo ainda esconde em vários sítios romanos do litoral algarvio ameaçados pelas águas. Paralelamente, está em curso, no âmbito de um projecto internacional liderado pela mesma equipa, que envolve investigadores espanhóis e franceses, o registo detalhado de todos os sítios romanos do Algarve, tendo sido até ao momento quantificados mais de quatro centenas de locais onde se regista ocupação da época romana.



Projecto da Universidade do Algarve financiado pela *National Geographic Society*

A National Geographic Society e o American Institute of Archaeology financiam durante dois anos um projecto de arqueologia coordenado por Nuno Ferreira Bicho, docente do Departamento de História, Arqueologia e Património (DHAP) da FCHS. Este projecto, com base no estudo do sítio arqueológico de Vale Boi (localizado entre Lagos e Vila do Bispo), tem como objectivo principal o estudo da ecologia humana pré-histórica do Algarve, bem como da evolução e mudanças na subsistência, interacção social, comportamento simbólico das mais antigas populações humanas da região, datadas entre 30000 e 6000 anos e o estudo das relações culturais e contactos sociais e genéticos entre os dois mundos da Península Ibérica: o Atlântico e o Mediterrâneo. Para isso, o referido investigador coordenará os trabalhos de escavação arqueológica em Vale Boi. Naturalmente, uma investigação deste tipo, essencialmente multi- e interdisciplinar, conta com a colaboração de diversos investigadores, não só docentes da UALG, como é o caso de Delminda Moura da FCMA, de António Faustino Carvalho e Maria João Valente, ambos da FCHS, mas também de investigadores estrangeiros provindos de várias universidades americanas, nomeadamente Cornell College, University of Arizona e University of Louisville e de instituições espanholas como é o caso da Fundación Cueva de Nerja da zona de Málaga. Alguns dos resultados deste projecto, que teve início já em 2000 com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da National Science Foundation dos EUA, serão objecto de um artigo no número de Abril da revista da National Geographic publicada em português.



Centro de Estudos de Património

O Centro de Estudos de Património (CEP) foi criado em 2002. Inicialmente com apenas quatro doutorados, tinha como elemento de ligação o estudo do Património Cultural, o que o transformava em centro multidisciplinar. De 2002 a 2006 o CEP, com coordenação de Nuno Ferreira Bicho, cresceu com a entrada não só dos novos doutores do DHAP, que foram defendendo as suas teses como assistentes, mas também com a entrada de vários bolseiros de pós-doutoramento, provenientes dos EUA e Espanha. Neste momento o CEP é constituído por 11 doutorados, em que perto de metade são estrangeiros, mas até 2007 o número deverá aumentar para pelo menos 15. As actividades científicas e de serviços à comunidade do CEP dividem-se em três linhas principais: a História, a História da Arte e a Arqueologia, sendo esta presentemente a componente mais forte do CEP. O CEP teve o único financiamento de reequipamento pela

Fundação para a Ciência e Tecnologia na área científica de Arqueologia. Com esse investimento desenvolveu o Laboratório de Paleoecologia e Arqueologia da Universidade do Algarve, que funciona no Campus de Gambelas e conta com a participação activa não só de bolseiros de pós-doutoramento, mestrados e doutorandos, mas também de um conjunto de especialistas dos EUA, nomeadamente de University of Wisconsin, Madison e de Cornell College sobre estudos isotópicos principalmente relacionados com o estudo da dieta humana e das alterações ambientais no passado. Aguarda-se neste momento que 4 novos projectos, já apresentados à FCT, tenham financiamento para que se iniciem os estudos durante o corrente ano, quer no espaço do Algarve, quer mais a norte. O novo coordenador do CEP, professor António Rosa Mendes, toma posse em Abril.



Revistas do Século XX *On line*

O Seminário Livre de História de Ideias da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com a Biblioteca Nacional e a Fundação Mário Soares, tem desenvolvido, desde finais dos anos noventa do século XX, um projecto de estudo e de edição (*on line* e em *cd-rom*) das revistas mais marcantes do século XX. Já estão disponíveis as revistas *Portugália* (1925-1926), *Estudos Sociais* (1905-

1911) e *Nação Portuguesa* (1914-1938), a que em breve se juntarão *A Águia*, *A Vida Portuguesa*, *A Alma Portuguesa*, *A Revista Geral de Educação* e *o Tempo e Modo*. Entre os investigadores do projecto, encontra-se António Paulo Oliveira, docente da Universidade do Algarve.

Para mais informações, consultar o endereço:
<http://purl.pt/736>.

Cooperação UALG - Universidade Federal da Bahia

Em Julho de 2006 firmou-se um acordo de cooperação bilateral entre a Universidade do Algarve e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). O objectivo de ambas as instituições é, naturalmente, promover o intercâmbio de conhecimentos científicos produzidos e divulgados nas duas universidades e por extensão promover também uma maior aproximação entre Portugal e Brasil, que se espera que seja a mais ampla possível. O acordo geral prevê e incentiva a realização de outros acordos complementares entre as diversas faculdades ou departamentos das respectivas universidades. Encontram-se neste momento em preparação dois protocolos específicos que envolvem a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: um entre o mestrado em Comunicação, Cultura e Artes e a Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UFBA, e outro entre o Programa de Mestrado e Doutoramento em História da Arte do Departamento de História, Arqueologia e Património da FCHS e o Mestrado e Doutoramento em Urbanismo e Conservação e Restauro do Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da UFBA. A intenção, neste último caso, é promover sobretudo a cooperação e incentivar o intercâmbio de professores e alunos entre a FCHS e a FAUFBA. Uma primeira iniciativa foi já tomada neste âmbito, em 2006, quando uma das disciplinas do Programa de Mestrado e Doutoramento da FAUFBA foi dada em colaboração com a Universidade do Algarve.

Delegação da University of Texas at Austin visitou a Universidade do Algarve

A Universidade do Algarve irá colaborar com a Universidade do Texas em Austin (UTA) através de um dos eixos previstos no Protocolo que a Fundação para a Ciência e Tecnologia estabeleceu recentemente com aquela Universidade americana.

Esse eixo destina-se a criar uma rede de universidades que pretendem estabelecer fortes relações entre os resultados das suas linhas de investigação e as empresas. O Programa, designado University Technology Enterprise Network (UTEN), pretende disseminar boas práticas em áreas relacionadas com a incubação de base tecnológica, com a valorização mercantil dos resultados da investigação científica, com a questão institucional, com o empreendedorismo e com a formação avançada de gestores para a transferência de tecnologia.

Uma equipa da UTA visitou já a Universidade do Algarve e beneficiou de apresentações circunstanciadas por parte da Reitoria, do CRIA e de Centros de Investigação.

Espera-se que a curto prazo a Universidade do Algarve possa beneficiar deste instrumento de cooperação lançado pela FCT no sentido de dinamizar a componente de transferência de conhecimento e as modalidades de valorização económica das suas invenções.

Prémio Ceratonia já foi atribuído

O Prémio Ceratonia/CGD, atribuído ao abrigo de Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Algarve e a Caixa Geral de Depósitos, visa fomentar a investigação científica no seio da UALG, privilegiando projectos de investigação originais e inovadores.

Em 2006, candidataram-se a este Prémio 33 projectos inseridos nos seguintes domínios: Ciências da Saúde (12), Ciências do Mar (15), Telecomunicações e Electrónica (3) e Turismo (3). A apreciação do mérito dos projectos resultou de uma intervenção de avaliadores externos à Universidade do Algarve, de acordo com critérios definidos no Regulamento do Prémio.

O Júri do Prémio Ceratonia/CGD 2006, constituído pelo Reitor da Universidade do Algarve, pela Vice-Reitora da Universidade do Algarve para a área da Investigação Científica, pelo Dr. Pedro Vairinhos, Director Regional de Agências, como representante da Caixa Geral de

Depósitos, e pelo Professor Doutor Emídio Gomes, Professor Catedrático da Universidade do Porto decidiu, por unanimidade, atribuir o Prémio Ceratonia/CGD 2006 aos projectos abaixo indicados.

Cada um dos projectos premiados recebeu um certificado comprovativo da distinção e um prémio pecuniário no valor de 25 mil euros. Os prémios foram entregues numa cerimónia pública, que decorreu no âmbito das Jornadas *A Competitividade pela Gestão* promovidas no passado dia 12 de Março pela Caixa Geral de Depósitos, que teve lugar no *Campus* Universitário de Gambelas.

A Universidade do Algarve prepara já o concurso para 2007, o qual deverá comportar novas prioridades, em termos dos domínios científicos abrangidos, e outros critérios de selecção, designadamente, valorizando a capacidade que a candidatura demonstrar para transferir os respectivos resultados para o meio empresarial.

:: Título do Projecto	:: Coordenador	:: Área Científica
Microelectronics circuits to monitor cells	Henrique Leonel Gomes	Telecomunicações e Electrónica
Identificação de indicadores moleculares de bem-estar durante o cultivo de peixes em aquacultura	Luís Conceição	Ciências do Mar
Characterization of the determinants of malaria therapeutics failure in Angola	Vera Marques	Ciências da Saúde
Caracterização funcional de um novo membro da família da hormona paratiroide	Adelino Canário	Ciências da Saúde

ACTUALIDADE

Academia

Mestrado em Arqueologia

Em Outubro próximo dar-se-á início à 3ª edição do Mestrado em Arqueologia, organizado pelo Departamento de História, Arqueologia e Património, em colaboração com a Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, e que conta com a coordenação do Professor Nuno Ferreira Bicho. Ao contrário dos outros mestrados em Arqueologia do País, que se centram em diversos períodos históricos ou pré-históricos, o Mestrado em Arqueologia da Universidade do Algarve foca principalmente aspectos teóricos e metodológicos, geralmente muito deficientes na formação académica dos alunos portugueses de Arqueologia. Por isso, o Mestrado recorre não só aos docentes de Arqueologia, mas também a especialistas em áreas como a geomorfologia ou arqueometria, e a bolsiros de pós-doutoramento em Arqueologia Pré-histórica, também coordenados por Nuno Bicho, para leccionarem seminários como zooarqueologia ou traceologia.

As duas primeiras edições contaram com cerca de uma vintena de candidaturas, tendo ficado com 12 alunos cada. Na sua maior parte, estes alunos não são do Algarve e, por isso, o curso é leccionado em regime de pós-graduação. Deve ainda salientar-se que nas duas edições houve alunos espanhóis e brasileiros que vieram especificamente dos seus países para ingressarem no Mestrado em Arqueologia da Universidade do Algarve.

Mestrado de História de Arte

O entendimento da História da Arte já não se baseia num conceito romântico de criação artística, nem tem como objecto as antigas “Belas Artes”. O seu escopo, estimulado pelo aqui e pelo agora, é o conjunto de manifestações de natureza formal, icónica e estética que caracterizam ou identificam culturalmente um povo, uma região, uma nação. Integra, portanto, o património cultural. Pretendendo oferecer uma formação especializada e sem jamais perder de vista a actualidade da História da Arte e a sua íntima ligação ao conceito contemporâneo de património, o DHAP propôs a abertura do Mestrado em História da Arte, Especialização em História da Arte Portuguesa, sob a coordenação do Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia. O programa fez-se tendo em conta as áreas de investigação desenvolvidas pelos docentes da Universidade e centra-se na Arte Portuguesa da Idade Moderna. Entende-se certamente como tal também a expressão lusa deixada em miscigenação por várias partes do mundo do século XVI ao século XVIII. Os seminários nucleares do mestrado versam sobre a História do Retábulo, a História da Arquitectura e a História do Urbanismo da Idade Moderna.

O mestrado teve início em 2004 e vai já na segunda edição. Algumas dissertações serão defendidas ainda este ano, a primeira sobre o “Espaço das igrejas dos conventos das Clarissas da Província dos Algarves”.

Mestrado de Culturas Árabe e Islâmica

Encontra-se em fase adiantada de preparação o mestrado em Culturas, Árabe e Islâmica fundado pela Professora Doutora Teresa Júdice Gamito no ano lectivo de 2003/2004. A nova edição deste curso deverá abrir em Outubro de 2007 e conta com uma parceria alargada com Centros de Investigação nacionais e estrangeiros de reconhecida competência no âmbito dos Estudos Islâmicos. Graças à colaboração de diversos especialistas nas temáticas afins, a nova estrutura curricular apresentará uma maior coesão, concentrando-se em torno de três áreas nucleares: “O islão e o mundo mediterrânico”, “Arte islâmica”, “História e Património do al-Andalus”. Para além destas áreas, estão previstas diversas disciplinas complementares, que também abordarão os reflexos da História do Islão no mundo contemporâneo.

Mestrado em História do Algarve - Um serviço à Comunidade

Esta Universidade é do Algarve, e o Algarve constitui uma realidade geo-histórica perfeitamente definida e como tal pacificamente aceite adentro do espaço português. Última parcela do território a ser incorporada – o que sucedeu no meado do século XIII –, a sua individualização ficou desde logo assinalada pelo título que, doravante, os monarcas fizeram acrescer ao singular que até então ostentavam: de Reis de Portugal, passaram a sê-lo de Portugal e do Algarve.

O novo epíteto nunca teve correspondência em qualquer estrutura institucional, porém não deixa de demarcar a sobriedade individualidade e, ademais, o reconhecimento de que a conquista do Algarve foi decisiva para a sobrevivência da Monarquia Portuguesa: não fora assim, e caso Castela, que reivindicava o Algarve, dele se tivesse assenhoreado, o espaço português quedar-se-ia sem saída para o Mediterrâneo e cercado, também a sul, pela potência que cedo revelou a sua vocação hegemónica e centrípeta no todo ibérico.

Cabe, pois, falar, a partir do século XIII, de uma História do Algarve Português – uma História que sendo, seguramente, integrada na História Geral de Portugal (e da própria Península Ibérica), nem por isso deixa de ter a sua característica especificidade: aquela que lhe é conferida, desde logo, pelo acusado recorte geo-morfológico, maxime pela Serra ríspida que separa o Algarve do restante Reino e o fez soçobrar num diuturno isolamento (só muito recentemente quebrado, se é que ainda não se faz sentir) relativamente aos centros de poder, e responsável, em grande medida, por uma evolução histórica susceptível de ser diferenciada – nomeadamente por um multissecular período em que o Algarve vive à margem da vida nacional e como a periferia de uma periferia. Factores estes – aqui, por necessária economia, tão-somente sugeridos – que concorrem amplamente para justificar a

pertinência científica, disciplinar, crítica, de uma História do Algarve. Uma História do Algarve que, aliás, há muito se faz sentir e, conforme se anuncia nesta revista, levou os docentes do Departamento de História, Arqueologia e Património desta Faculdade de Ciências Humanas e Sociais a empreender a realização, já em curso, desse anelado projecto, cuja direcção foi cometida ao Professor Doutor Joaquim Romero Magalhães.

Uma História do Algarve, contudo, que não se pode circunscrever às derradeiras sete centúrias e meia – isto é, ao Algarve Português –, porquanto as exigências metodológico-científicas da continuidade histórica postulam remontar à época pré-histórica e aos seus índices materiais de ocupação humana deste território; também à época romana, que lhe imprimiu uma primeira configuração civilizacional; e evidentemente à época islâmica do Garbe-al-Andaluz, cujas sequelas ainda estão sobremaneira patentes na nossa vivência colectiva.

Nestes termos, resulta uma premente necessidade a criação, na Universidade do Algarve – que é uma Universidade regional, embora não regionalista –, de um Mestrado em História do Algarve – que é uma História regional mas também não regionalista, pois, consoante

acima se aludiu, remete para a imprescindível contextualização nos âmbitos português, ibérico e europeu, designadamente. Pretendemos com estes enunciados significar que uma História do Algarve assente em bases científicas se constituiu um elemento decisivo para a afirmação da identidade algarvia, que o mesmo é dizer para a potenciação dos seus valores e recursos – e condição, enfim, para um desenvolvimento equilibrado da região; só ela, com efeito, poderá identificar estrangulamentos atávicos e dotar de orientação o porvir.

A criação do Mestrado em História do Algarve é um serviço de primeira plana prestado ao Algarve. E esse serviço só a Universidade do Algarve o poderá prestar. Mais: a Universidade do Algarve tem a indeclinável obrigação de o prestar. É uma obrigação científica, uma obrigação moral e uma obrigação cívica. Tanto o é que esse Mestrado vem afinal corresponder a uma exigência instantânea da comunidade. Cumpre a propósito sublinhar esta significativa circunstância: o Departamento de História, Arqueologia e Património promoveu nos derradeiros anos três Cursos Livres de História do Algarve; as inscrições contaram-se às dezenas; existe consequentemente um vasto campo de interessados em desenvolver e aprofundar estudos de História do Algarve, e a criação do Mestrado virá de encontro a essa reclamação.



ACTUALIDADE

Publicações



Título: *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, 5 vols*
Edição: Faro, Promontoria monográfica, 2005-2007

Em Setembro de 2004, o Departamento de História, Arqueologia e Património organizou o IV Congresso de Arqueologia Peninsular na Universidade do Algarve (o próximo CAP será em 2008 na Universidad de Santander). Com a presença de cerca de 600 participantes, principalmente de Espanha e Portugal, mas também de outros países europeus, dos EUA, Canadá e Austrália, foram apresentadas cerca de 500 comunicações científicas. As actas do IV CAP são publicadas pelo Centro de Estudos de Património desde 2005, havendo já 5 volumes com cerca de 130 comunicações e 1600 páginas (outros 5 volumes serão publicados em 2007).

O primeiro volume tem como tema as primeiras ocupações humanas e o segundo volume foca as questões da zooarqueologia e da importância da utilização de animais nos rituais religiosos e sociais da Pré-história Ibérica. Os dois volumes seguintes, sobre períodos pré-históricos mais recentes, salientam os aspectos sagrados, simbólicos e artísticos de que se destaca o chamado megalitismo. O último volume, contando com um elenco de comunicações de especialistas internacionais providos de Inglaterra, França, Bélgica, Ucrânia, Croácia, Israel, Canadá, EUA e Austrália, é consagrado à homenagem do Professor Doutor Anthony Marks, recentemente aposentado e uma das principais individualidades do mundo no estudo da transição do *Neanderthal* para o *Homo sapiens sapiens*.



Título: *A Ocupação Romana da Região de Leiria*
Autor: João Pedro Bernardes
Edição: Faro, Promontoria monográfica 6, 2007

Há cerca de 2000 anos havia uma cidade na região de Leiria denominada *Collippo*, que controlava uma área que se estendia pela faixa litoral do actual território português entre a zona de Alcobaça e a de Pombal. A história desta cidade e território romanos, desde as suas remotas origens, no primeiro milénio a.C., até à sua lenta decadência a partir do século III da nossa era, é o que trata este livro publicado na colecção de estudos monográficos do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve.

Apresentada no auditório da Biblioteca Municipal de Leiria a 12 de Abril, pelo professor catedrático da Universidade de Coimbra, Jorge de Alarcão, esta obra constitui um marco no conhecimento da região de Leiria há cerca de 2000 anos, porquanto aborda a paisagem da época, o povoamento, as relações económicas, culturais e sociais reveladas pelos trabalhos de escavação e prospecção arqueológica que o autor desenvolveu ao longo de vários anos na região. Com um anexo onde se apresentam e analisam mais de uma centena de sítios arqueológicos do período romano e mais de meia centena de textos latinos inscritos em lápides e tijolos, o livro acaba por permitir descortinar as gentes, os protagonistas - sejam eles romanos, indígenas ou indígenas romanizados - que há cerca de 2000 anos começaram a estruturar e a definir o território da actual região de Leiria.



Título: *O Retábulo da Companhia de Jesus em Portugal: 1619-1759*
Autor: Francisco Lameira
Edição: Faro, Promontoria Monográfica História de Arte 2, 2006

Editado em 2006 pelo Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, o n.º 2 da Colecção Promontoria Monográfica História da Arte é um estudo monográfico sobre cerca de uma centena de retábulos recensados em vinte templos administrados pela Companhia de Jesus em Portugal continental. O período abrangido circunscreve-se entre 1619, data do retábulo mais antigo ainda subsistente, e 1759: ano da promulgação do decreto Pombalino da extinção da Companhia de Jesus em território português.

A presente publicação vem na sequência de um estudo anterior do autor, igualmente publicado na mesma colecção (*O Retábulo em Portugal: das Origens ao Declínio*, Promontoria Monográfica História da Arte, n.º1, Faro, 2005), onde se aborda esta importante manifestação artística portuguesa. Os retábulos são aí entendidos como o principal equipamento arquitectónico e litúrgico do interior dos templos. O período abrangido é muito vasto: desde os primórdios (nos séculos XIII e XIV) até ao Concílio Vaticano II (1962-1965), dando-se especial relevo ao Antigo Regime, época em que os retábulos atingem um maior esplendor.



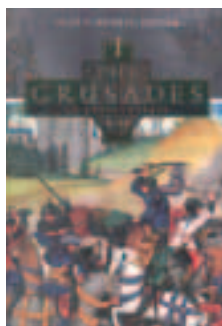
Título: À descoberta da Arte islâmica no Mediterrâneo
Coordenação: Eva Schubert
Edição: Lisboa, Inapa, 2007

As grandes dinastias islâmicas do Mediterrâneo são as protagonistas deste livro, juntamente com o seu fascinante legado artístico e cultural. Trinta e nove estudiosos, conservadores de museus e especialistas em património cultural de 14 países europeus, norte-africanos e do Próximo Oriente são os autores dos 22 capítulos que conduzem o leitor ao longo de 13 séculos de história, da época do profeta Muhammad até ao final do Império Otomano (1922).

À descoberta da Arte Islâmica no Mediterrâneo é um trabalho em colaboração escrito por aqueles que partilham a ideia de que não há apenas uma História, mas tantas Histórias quantos os povos que existem. O objectivo deste livro é o de contribuir para uma compreensão mais precisa, e portanto mais autêntica, do Islão, através das diferentes interpretações da história, da arte e da cultura.

Este livro complementa o Museu Virtual (www.discoverislimamicart.org) e o seu ciclo de 18 exposições virtuais À descoberta da Arte Islâmica no Mediterrâneo.

Em Portugal, o coordenador científico do projecto foi Santiago Macias, investigador do Campo Arqueológico de Mértola e professor na Universidade do Algarve.



Título: The Crusades. An Encyclopedia, 4 vols
Coordenação: Alan V. Murray
Edição: ABC Clio, 2006

Dirigida por um historiador inglês e contando com vários especialistas europeus e americanos entre os membros do Conselho Editorial, a Enciclopédia constitui um trabalho de referência sobre o movimento das Cruzadas, um dos fenómenos mais marcantes da História da Europa, do Médio Oriente e do Norte de África, cujas consequências políticas, económicas e religiosas são ainda visíveis nos dias de hoje. Com cerca de 1000 entradas acompanhadas da bibliografia respectiva e assinadas por 120 autores oriundos de 25 países, nelas oferece-se um panorama actualizado das várias Cruzadas, desde finais do século XI aos inícios da época Moderna, dos reinos fundados na Terra Santa, na Grécia, em Chipre e no Báltico, de inúmeros conceitos-base (“cruzada”, “martírio”, “penitência”), das fontes literárias e documentais disponíveis, ou das instituições associadas ao espírito de cruzada, como é o caso das diversas ordens religiosas militares. Entre os autores que colaboraram na Enciclopédia, encontram-se dois investigadores portugueses: Mário Jorge Barroca, da Universidade do Porto, e Luís Filipe Oliveira, da Universidade do Algarve.



Título: Santa Bárbara de Nexø. História, A Igreja e a Memória
Coordenação: João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira
Edição: Santa Bárbara de Nexø, 2006

Elaborada por iniciativa do executivo local, que atempadamente se candidatara a financiamento europeu no âmbito do projecto Indentur, esta monografia histórica foi realizada por uma equipa multi-disciplinar sob coordenação de dois investigadores do Centro de Estudos de Património da Universidade Algarve, que contou, desde o início, com a colaboração do Museu Municipal de Faro. Para resgatar a história de Santa Bárbara de Nexø, uma pequena comunidade do barrocal que nascera, em tempos medievais, nas terras de fronteira entre os antigos concelhos de Faro e de Loulé, procedeu-se a uma recolha sistemática dos testemunhos escritos e materiais do passado, ao mesmo tempo que se registavam as tradições locais e as memórias das gentes da terra através das técnicas da história oral. Uma parte significativa dos materiais encontrados - desde os vestígios do Paleolítico até à demarcação da freguesia no século XIX, passando pela primeira notícia documental de Nexø, de 26 de Junho de 1291 - foi publicada em apêndice (pp. 25-33, 255-377), encontrando-se à disposição de toda a comunidade científica e de quem quiser conhecer, mais de perto, as realidades locais. Foi a partir desses testemunhos, sem os quais não se pode fazer história, que se procurou estudar a organização do povoamento, a formação e a história da freguesia até meados do século XIX.

INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE

Ensino e Investigação de mãos dadas com a comunidade

O interesse pela área do Património Cultural tem vindo a aumentar na Europa e em Portugal, assumindo-se como um dos vectores chave para o desenvolvimento integrado e afirmação de uma Europa forte e dinâmica no contexto de um mundo cada vez mais globalizado. Em Portugal a aposta na área do Património tem vindo a ser considerada essencial não apenas como um recurso que deve ser posto ao serviço da qualificação e diversificação mas também como um factor de desenvolvimento *per se*. Os documentos que definem as políticas estratégicas para o desenvolvimento do país ou das regiões, como o QREN ou o PROTAL, vão já nesse sentido, ao reflectirem preocupações patrimoniais e ao incluírem nos seus programas de desenvolvimento a preservação e valorização do nosso Património Cultural.

A universidade do Algarve tem sido parte activa neste actual interesse, correspondendo às muitas solicitações de organismos públicos e privados que pedem a sua colaboração na área patrimonial. O Departamento de História, Arqueologia e Património (D.H.A.P.), que foi responsável pela coordenação dos estudos e propostas do sector do Património Arqueológico e Construído do novo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, tem colaborado activamente com vários organismos estatais como o Instituto Português de Arqueologia, o Instituto do Património Arquitectónico Português ou a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo a sua acção ido bem mais além da região algarvia, como é o caso do emblemático e mediático projecto do Museu do Vale do Côa. Para além da profícua colaboração que tem tido, a nível regional, com a CCDR-Algarve, estão em curso ou em fase de proposta colaborações várias com algumas autarquias do Algarve, como a elaboração da Carta Arqueológica de Faro, que estará concluída ainda este ano. Atento ao novo paradigma de ensino preconizado por Bolonha, o DHAP tem feito um esforço no sentido de alargar aquelas parcerias de forma a consolidar a tríade ensino-investigação-mercado de trabalho. Com efeito, pretende-

se que as actividades lectivas se articulem e prolonguem num conjunto de projectos de investigação e de prestação de serviços que, coordenados por docentes e investigadores, sejam em grande parte dinamizados pelos estudantes.

Muitos destes projectos que incluem bolsaios, preferentemente alunos do 2º ciclo (o caso da Carta Arqueológica do Algarve, ou do projecto internacional de investigação MOSUDHIS - Mosaicos Romanos do Sudoeste da Hispânia), poderão integrar colaborações de alunos do 1º ciclo que, desta forma, têm, desde cedo, contacto directo com trabalhos no terreno. Um dos objectivos do DHAP é, pois, alargar esta vertente de ensino-acção, envolvendo estudantes de primeiro e segundo ciclos, com vista a que a sua acção evolua para um maior dinamismo, no sentido de criar condições, em contexto de ensino e investigação, à emergência de um verdadeiro alfobre de projectos e iniciativas ligadas ao Património Cultural. É assim que se tem procurado estabelecer protocolos com associações e empresas privadas com as quais o DHAP colabora, que integrarão esporadicamente os estudantes nas suas actividades e empreitadas, bem como têm vindo a ser alargadas as parcerias com diversas entidades públicas e privadas concretizadas, muitas vezes, em propostas concretas de trabalho. A título de exemplo, refira-se que já está em curso um projecto de colaboração com um dos maiores grupos turísticos a operar no Algarve, com vista a dinamizar a riqueza patrimonial da região para os seus clientes, que cada vez mais procuram oferta turístico-cultural. Este, bem como outros projectos que se prevê arrancarem em breve, criarão condições para uma participação activa e formativa em contexto real dos estudantes da área do Património da Universidade do Algarve.



UALG participa no projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa

Após o anúncio do cancelamento da construção da Barragem de Foz Côa, pelo Governo saído das eleições legislativas de 1995, e de criação de um parque arqueológico na região que promovesse o estudo, a divulgação e a salvaguarda do notável complexo de arte rupestre paleolítica do Vale do Côa, emergiram então dois objectivos considerados fundamentais: a classificação da arte rupestre pela UNESCO e a construção de um museu que, ao mesmo tempo, celebrasse os achados arqueológicos e constituísse um pólo de atracção para o desenvolvimento socio-económico desta região interior por via do turismo cultural.

Obtida a classificação da arte rupestre como Património da Humanidade em reunião da UNESCO, ocorrida em Kyoto a 2 de Dezembro de 1998, a inauguração do museu — sucessivamente protelada por vicissitudes várias — está calendarizada para o final de 2008, exactamente 10 anos após aquela classificação patrimonial.

Estando o edifício já em construção, encontra-se em fase final de preparação o respectivo projecto de museologia. A equipa projectista do museu, dirigida pelos arquitectos Pedro Tiago Pimentel e Camilo Rebelo, inclui ainda, para o domínio específico da museologia, António Nabais (museólogo, actual presidente da Associação Portuguesa de Museologia) e António Faustino Carvalho, docente do Departamento de História, Arqueologia e Património (DHAP) e antigo arqueólogo do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A exposição permanente do designado Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa assenta, em termos de conteúdos, nos dois grandes «ciclos artísticos» em que se desenvolve a arte rupestre



paleolítica. Os futuros visitantes poderão conhecer também as manifestações artísticas de outros períodos, nomeadamente a arte rupestre e as estelas elaboradas pelas primeiras comunidades agro-pastoris pré-históricas da região, as numerosas gravuras da Idade do Ferro produzidas pelos «lusitanos» que habitavam a região antes da chegada dos romanos, e o notável conjunto de arte móvel paleolítica que tem vindo a ser recuperado em recentes escavações arqueológicas no Côa.

Por razões conservacionistas, parte dos elementos previstos para a exposição permanente é constituída por réplicas dos painéis gravados originais. As excepções são as peças de arte móvel, as estelas acima referidas e algumas rochas gravadas descontextualizadas. A razão para tal opção é óbvia: as razões que se prenderam com a defesa de uma solução de salvaguarda das gravuras *in situ* aquando da opção barragem/parque arqueológico aplicam-se, por maioria de razão, também neste momento.

É, portanto, o próprio vale que se constitui como o museu por excelência. A sua topografia e geologia particulares e a localização das gravuras em pontos seleccionados desta paisagem são

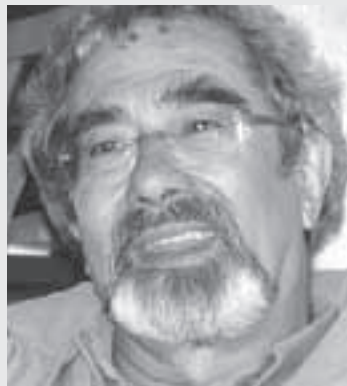
os elementos que nos podem hoje ensinar muito acerca dos modos de vida dos nossos antepassados. Daí a necessidade imperiosa de conservação destes testemunhos nos próprios locais onde foram executados. O mesmo é dizer, também, que o museu se assumirá de forma mais ou menos explícita como o «centro interpretativo» deste património único em toda a Europa.

Além da exposição permanente, o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa contará ainda com outras valências no domínio do património cultural, tais como a existência de reservas preparadas para acolher o espólio de escavações arqueológicas realizadas na região, um serviço educativo e um espaço para exposições temporárias, as temáticas e âmbitos das quais complementarão a exposição permanente na apresentação ao público da grande riqueza patrimonial e natural que esta região ostenta.

A colaboração do DHAP neste projecto constitui-se, pois, como um excelente exemplo de participação activa da Universidade do Algarve em grandes projectos públicos, de elevado alcance social, e que contribui também para a divulgação e visibilidade do seu nome, mesmo fora da região algarvia.



PATRIMÓNIO, MEMÓRIA, IDENTIDADE



Cláudio Torres

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

Primeiro foi pecúlio da família. Foi herança, testamento e dote. Foi, e continua a ser, emblema de classe, marca de prestígio, sinal de estatuto. E no entanto, no espaço vital de cada homem, o património, quando colectivo e entendido como memória de grupo, tanto na ritualidade dos gestos como no conhecimento do meio, é muitas vezes a razão primeira da sua própria sobrevivência. De uma memória de grupo que, afinal, é o cimento que distingue e robustece a coesão social, permitindo a cada indivíduo não só reconhecer-se como, sobretudo, identificar-se com os seus, com o sítio, com a terra, com o espaço cultural que o define.

Palácios e castelos, antes olhados apenas como símbolos de decrépitos poderes senhoriais são hoje elementos singulares da paisagem, pólos positivos de agregação e identificação local ou regional. Ruínas, espaços e mesmo o timbre ritmado do efémero lúdico, em perigo de sobrevivência, recuperam outra dignidade servindo tantas vezes de bandeira na resistência a uma aparentemente inevitável banalização cultural.

E afinal o artefacto arqueológico, o património oculto e esquecido, representando o gesto e a voz daqueles que nunca tiveram história, além de abrir portas insuspeitas do passado, trilhando caminhos quantas vezes opostos às sugestões do documento escrito, toca directamente a alma das pequenas comunidades, solidifica memórias e pode mesmo justificar a procura de uma dignidade perdida. O artefacto arqueológico em toda a sua densidade histórica, a grande lage ou pedra alçada, o sítio sagrado de todas as fábulas, a pequena capela de humildes milagres, todos eles solidamente ancorados na paisagem, numa paisagem moldada pelo homem, são património inalienável da terra e do homem que a trabalha e habita. Este é hoje o património mais ameaçado porque o seu gestor, o camponês, está em vias de extinção. Os saberes da terra, os trilhos antigos, as nascentes da melhor água, os marcos limite dos maninhos, os melhores pastos para as abelhas e para o gado, era ele a conhecê-los como ninguém, era ele o detentor da memória colectiva. Só ele podia passar o testemunho.

É nossa obrigação recolher, estudar e tentar salvar estes saberes

assim como os gestos e técnicas da cozinha tradicional onde os sabores representam formas culturais capazes, como poucas, de buscar outras identidades. As mãos hábeis da mulher, ajeitando no borralho a panela do caldo, metendo um fio de azeite na açorda ou apurando o ensopado de grão, são monumentos de sabedoria da mulher camponesa, capazes de despertar todas as boas memórias.

Na arqueologia também há opções. Também cremos haver prioridades. Os escombros dos impérios, pelo facto de o serem ou terem sido, deixam marcas fortes, imponentes, e também, quase sempre, bastante sólidas. É o caso das ruínas romanas onde as terracotas bem cozidas, as placas de mármore e as duras argamassas têm vindo a resistir às sucessivas investidas dos curiosos. Porém, em níveis mais recentes, quando em época islâmica estes locais foram habitados por camponeses, a precariedade das suas alvenarias de barros e terra batida obriga a uma abordagem mais cuidadosa, a outra forma de fazer arqueologia. Impõe-se um outro olhar sobre o pequeno objecto de todos os dias, quando é valorizado o negativo do que foi um poste de madeira, quando é recolhida atentamente uma simples grainha de uva ou caroço de alperce. Porque são estas sobras alimentares por vezes os únicos sinais que nos restam. Porque, não poucas vezes, são elas o património necessário para explicar o quotidiano de uma família, justificar a vida de uma comunidade. Guardar e valorizar a sua memória pode significar um novo alento para aqueles que hoje habitam o mesmo espaço e podem cultivar as mesmas terras.

ÚLTIMO OLHAR

Avaliação institucional realizada à Universidade do Algarve

A Universidade do Algarve candidatou-se, no início de 2006, ao Programa de Avaliação Institucional promovido pela Associação Europeia de Universidades (EUA). A candidatura foi aprovada e o processo de avaliação institucional decorreu no último trimestre de 2006. A Universidade do Algarve tinha sido submetida em 2002 a um processo idêntico, razão pela qual a avaliação de 2006 incidiu preferencialmente na análise do grau de adopção por parte da instituição das medidas preconizadas na primeira avaliação.



A Universidade do Algarve apresentou, num primeiro momento, um Relatório de Autoavaliação, elaborado por uma equipa externa à Reitoria, composta por dez elementos e integrando docentes dos dois sub-sistemas de ensino superior, para além de estudantes e de funcionários não docentes.

O Relatório será objecto de discussão pública nos próximos meses e constitui um elemento determinante para o processo de reestruturação em curso na Universidade do Algarve. Valerá a pena, neste momento, sublinhar algumas das suas principais conclusões e recomendações.

Sub-sistemas politécnico e universitário. O Relatório recomenda que devem ser reforçados os laços de cooperação entre os dois sub-sistemas de ensino superior com expressão no seio da Universidade do Algarve, aproveitando as sinergias inerentes a esta situação. A equipa da EUA recupera uma sugestão apresentada há cinco anos, no processo de avaliação então realizado, propondo, perante a ausência por parte do Governo de clara delimitação dos objectivos e conteúdos dos dois sub-sistemas, que a Universidade do Algarve contribua para valorizar essa diferenciação e criar, assim, uma instituição ímpar em Portugal.

Governança e organização. Neste domínio a equipa da EUA recorda a multiplicidade de organismos e conselhos existentes na Universidade, a excessiva dimensão do Senado e da Assembleia da Universidade e, ainda, a existência de duas secções do Senado como características

impeditivas de uma boa gestão da instituição. Apontam para a simplificação da estrutura, para o estabelecimento de procedimentos de decisão mais céleres e mais adequados aos desafios da globalização. A equipa da EUA refere explicitamente a tendência para entender as unidades orgânicas como autónomas e independentes (“faculdade-fortaleza”, na sua expressão), tendência que deverá ser contrariada através do fomento da cooperação nos domínios do ensino e da investigação científica.

Planeamento estratégico. No que respeita ao desenvolvimento futuro da Universidade, a equipa da EUA preconiza, para além de um relacionamento harmonioso e frutífero entre os dois sub-sistemas de ensino superior, um balanço equilibrado entre as funções de ensino e de investigação científica e a promoção de relações internacionais. Reconhecendo que o planeamento estratégico é um processo contínuo que deverá integrar objectivos, responsabilizações, recursos, indicadores de realização e respectivo calendário, defendem a necessidade de estabelecer um bom sistema de informação que permita fundamentar as decisões e facilitar a programação de novas actividades.

Ensino e investigação científica. Apoio aos estudantes. A elevada taxa de insucesso revelada nos estudantes é sublinhada como muito preocupante. O Relatório aponta a transição do ensino secundário para o superior como a origem deste desajustamento, mas remete igualmente a responsabilidade para o funcionamento da instituição.

Preconiza, neste campo, um diálogo entre estudantes e professores, uma maior transparência nos conteúdos dos cursos, uma adopção progressiva das técnicas de aprendizagem associadas à reforma de Bolonha e uma transferência para os estudantes da assumpção do risco. A equipa preconiza vivamente a organização dos cursos de acordo com módulos, facilitando a inserção dos estudantes visitantes.

No domínio da investigação científica a EUA recupera sugestões apresentadas em avaliação anterior, defendendo a fusão de departamentos, a generalização do sistema de blocos, a estruturação de um bom programa de doutoramentos, a selecção das áreas-chave de investigação científica bem como a mobilização de fundos alocados a actividades de I&D. A equipa da EUA aponta como medida particularmente interessante a criação do Fundo Ceratonia, utilizado para financiar os melhores projectos de investigação, mediante concurso adequado.

Certificação de qualidade. Este tema mereceu igualmente a atenção da equipa da EUA, recordando recomendações anteriores, designadamente das reuniões dos Conselhos de Ministros do Ensino Superior realizadas em Berlin e Bergen.

Internacionalização. Reconhecendo que a Universidade do Algarve está a fazer um esforço no sentido da internacionalização, a EUA recomenda a constituição de um gabinete capaz de assessorar os docentes e investigadores nos domínios da cooperação internacional, a estruturação de programas de doutoramento conjuntos, a utilização de referees externos, o fomento de participação em conferências internacionais com apresentação de comunicações e a multiplicação de um sistema de informação sistemática para garantir o acesso da Universidade, dos docentes e dos investigadores aos diferentes programas de financiamento para projectos de investigação e de transferência de conhecimento.

Finalmente, a **empregabilidade** e os **recursos financeiros** foram igualmente abordados no Relatório da EUA.

O Relatório será objecto de debate livre e crítico, revelando desde já alguns aspectos essenciais que devem estar presentes na reestruturação em curso na Universidade do Algarve.

07//08

Universidade do Algarve

Licenciaturas 07//08



// Artes, Literaturas e História

- // Artes Visuais (UALG)
- // Design de Comunicação (ESE)
- // Estudos Artísticos (FCHS)
- // Línguas e Comunicação (FCHS)
- // Património Cultural (FCHS)
- // Tradução e Interpretação Multimédia (ESE)

// Ciências Biológicas

- // Biologia (FCMA)
- // Biologia Marinha (FCMA)
- // Bioquímica (FCT)
- // Biotecnologia (FERN)
- // Engenharia Biológica* (FERN)

// Ciências da Educação e da Formação

- // Ciências da Educação e da Formação (FCHS)
- // Educação Básica (ESE)

// Ciências da Engenharia

- // Engenharia Alimentar (EST)
- // Engenharia Civil - Diurno (EST)
- // Engenharia Civil - Nocturno (EST)
- // Engenharia Eléctrica e Electrónica (EST)
- // Engenharia Electrónica e Telecomunicações* (FCT)
- // Engenharia Informática (FCT)
- // Engenharia Mecânica (EST)
- // Física (FCT)

// Ciências do Mar, da Terra e do Ordenamento

- // Agronomia (FERN)
- // Arquitectura Paisagista* (FERN)
- // Ciências do Mar (FCMA)

// Ciências da Saúde

- // Análises Clínicas e Saúde Pública (ESSaF)
- // Ciências Biomédicas (UALG)
- // Ciências Farmacêuticas* (FCT)
- // Dietética (ESSaF)
- // Enfermagem (ESSaF)
- // Farmácia (ESSaF)
- // Ortoprotesia (ESSaF)
- // Radiologia (ESSaF)
- // Terapêutica da Fala (ESSaF)

// Ciências Sociais

- // Ciências da Comunicação (ESE)
- // Educação Social (ESE)
- // Psicologia (FCHS)
- // Sociologia (FE)

// Economia e Gestão

- // Assessoria de Administração (ESGHT) - Faro/ Nocturno
- // Assessoria de Administração (ESGHT) - Portimão/ Nocturno
- // Economia (FE)
- // Gestão (ESGHT) - Faro/ Diurno
- // Gestão (ESGHT) - Portimão/ Diurno
- // Gestão (ESGHT) - Faro/ Nocturno
- // Gestão (ESGHT) - Portimão/ Nocturno
- // Gestão de Empresas (FE)

// Turismo

- // Gestão Hoteleira (ESGHT) - Faro e Portimão
- // Informação e Animação Turística (ESGHT) - Portimão
- // Turismo (ESGHT) - Faro e Portimão

*Cursos estruturados em mestrado integrado (1º ciclo + 2º ciclo) no âmbito do processo de Bolonha



UALg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Informações:
Gabinete de Comunicação

Campus de Gambelas - 8005-139 - Faro
Tel.: 289 810 560 - Fax: 289 810 568
E-mail: secre@ualg.pt - Web: www.ualg.pt



E-mail: UALGzine@ualg.pt
<http://publicacoes.ualg.pt/UALGzine>

